

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E GOVERNABILIDADE: COMPARAÇÃO ENTRE A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA DA ARGENTINA E DO BRASIL

NEOLIBERAL POLITICS AND GOVERNABILITY: A COMPARISON BETWEEN THE
CORRELATES OF POLITICAL AND ECONOMIC CRISIS IN ARGENTINA AND BRAZIL

José Matias Pereira

UnB

RESUMO

Propõe-se neste artigo analisar os efeitos das políticas de ajuste estrutural e de estabilização recomendadas pelo FMI para os países da América Latina, enfocando os casos da Argentina e do Brasil. Partiu-se do pressuposto de que essas políticas aprofundaram os problemas socioeconômicos e contribuíram para aumentar a instabilidade política nesses países. Assim, buscou-se avaliar a relação entre as políticas de austeridade e a governabilidade na Argentina e no Brasil, tomando como base a análise das três variáveis clássicas de desempenho econômico: crescimento, desemprego e inflação. Em níveis distintos, a crise está submetendo as instituições argentinas e brasileiras a um processo de enfraquecimento acelerado e levando ao descrédito os seus dirigentes políticos. Esse fenômeno está provocando efeitos negativos na eficácia e na legitimidade dos sistemas políticos da Argentina e do Brasil. Buscou-se evidenciar que a governabilidade se encontra fortemente ameaçada na Argentina e moderadamente no Brasil. Ao final, concluímos que o desfecho drástico da crise argentina e o aumento da vulnerabilidade da economia brasileira representam a confirmação do fracasso das políticas de corte neoliberal na América Latina, que não se mostraram capazes de gerar um modelo consistente de desenvolvimento sustentável nos países da região.

ABSTRACT

In this article we looked intent to analyze the effects of the politics of structural adjustment and of stabilization recommended by the IMF to the countries of Latin America, focusing the cases of Argentina and of Brazil. It was looked for to evidence that the governability is strongly threatened in Argentina and moderately in Brazil. This political crisis submitting the Argentinean State and Brazilian State to a process of acceleration weakness of you institutions and your political leaders discredit. What is provoking negative effects in the effectiveness and in the legitimacy on the system political. At the end, we concluded that the collapse of Argentina and increase of the fragility of the Brazilian economy represent the confirmation of the failure of the neoliberal politics cut in Latin America.

PALAVRAS-CHAVE

Governabilidade; Políticas neoliberais; Argentina; Brasil; América Latina.

KEY WORDS

Governability; Neoliberal politics; Argentina; Brazil; Latin America.

1. INTRODUÇÃO

As grandes crises econômicas que atingiram o mundo foram transformações políticas de grande magnitude. O liberalismo nasceu com a crise do sistema mercantilista colonial. O socialismo surgiu na esteira das crises do capitalismo industrial. A crise econômica e política atual está ocorrendo no bojo do longo ciclo de mudanças da economia industrial para uma economia baseada na informação. A adaptação do mundo a essa nova transformação política, através da criação de uma nova ordem mundial (Held, 1998), passa pela solução das questões sociais existentes nos países em desenvolvimento. Observa-se, por sua vez, que as características simétricas das crises política, econômica e social instaladas nos países da América Latina, como no Paraguai (1999), Peru (2000), Argentina (2001) e Venezuela (2002), com interrupção dos mandatos constitucionais (em todos os casos a crise foi precipitada por mobilizações e até violência), evidenciam que, apesar de haver democracia nesses países, as instituições continuam frágeis. Isso demonstra que ainda existe um preocupante fosso entre o avanço na democratização e a consolidação institucional. Diante desse cenário, pergunta-se: o que o modelo econômico implementado na América Latina, baseado em políticas de cunho neoliberal, tem a ver com a crise de governabilidade instalada na região?

Para muitos autores, como Amartya Sen (2000) e Celso Furtado (1999), o mundo deve ser um espaço que privilegie o social e não o econômico, a economia deve estar a serviço

das pessoas e não as pessoas a serviço da economia. Para esses autores, a globalização deve ser mais ampla, abrangendo os direitos humanos (moradia, saúde, educação, alimentação, segurança e trabalho para todos) e não restringindo-se, como a atual, às mercadorias e aos fluxos financeiros. O desenvolvimento deve ser sustentável para que os atuais modelos de produção e consumo não levem a humanidade ao desastre ambiental. Que a paz mundial seja alcançada pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais e que a democracia prevaleça em todos os países e organismos internacionais. Defendem que a cultura contemple a diversidade e a riqueza de todas as sociedades, que a tolerância acabe com a discriminação e a opressão e que o diálogo substitua a violência.

É possível especular, considerando os conflitos e as desigualdades da sociedade mundial, que ainda estamos muito distantes de atingir esses objetivos. A fim de restringir o âmbito desse debate, propomos examinar as raízes das crises instaladas em dois importantes países da América Latina: Argentina e Brasil. Não temos a pretensão de exaurir nesta análise a situação socioeconômica e política da Argentina e do Brasil, mas identificar as simetrias nas crises vividas pelos referidos países em decorrência da implementação de políticas econômicas equivocadas.

Nesse sentido, argumentamos que o colapso da economia argentina e a crescente fragilidade macroeconômica do Brasil – apesar dos sacrifícios impostos à sociedade através dos

planos econômicos formulados pelos governos centrais nos últimos anos, para retomar o crescimento e reconquistar a credibilidade do mercado – estão estreitamente relacionados com a adesão desses países às políticas econômicas inflexíveis. Essas políticas econômicas, que combinavam política fiscal, dívida e regime cambial, mostraram-se insustentáveis desde o final dos anos noventa. Evidencia-se, nesse cenário, a conexão entre a crise argentina e do Brasil e as políticas de austeridade baseadas no ajuste estrutural e de estabilização da economia e recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional. A partir desses fatos, sustentamos neste artigo que o colapso da Argentina e as dificuldades socioeconômicas vividas pelo Brasil tornaram explícito o esgotamento das políticas de corte neoliberal na América Latina. É sobre essa conexão, que envolve política e economia, que trataremos neste artigo.

Formulação da hipótese

Ao longo do processo que conduziu os países da América Latina, em especial a Argentina e o Brasil, para a atual crise política, econômica e social, ficou evidenciada a insensibilidade dos principais atores públicos e privados, internos e externos, na gestão dos problemas socioeconômicos dos referidos países. O aprofundamento da crise nessas economias motivava esses atores a aumentar a pressão sobre os governos centrais, exigindo mais sacrifícios, como cortes nas despesas e aumento de impostos. Assim, as mudanças exigidas pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, pelo Tesouro dos EUA, pelos credores externos, especialmente os grandes bancos, e grupos econômicos locais conduziram a Argentina a uma situação econômica insustentável e o Brasil a um preocupante aumento de sua vulnerabilidade econômica interna e externa. Nos âmbitos internos, tanto na Argentina como no

Brasil, ocorreu um crescimento econômico inadequado, o aumento do desemprego e da violência, que intensificaram o descontentamento das populações nesses países, especialmente dos segmentos mais afetados pela crise, como as classes média e pobre. Esse cenário socioeconômico desfavorável contribuiu para reduzir sensivelmente a credibilidade das instituições e dos dirigentes políticos no Brasil e, de forma mais acentuada, na Argentina.

Por entender que existe um vazio de idéias para enfrentar as dificuldades políticas e econômicas na América Latina, formulamos as seguintes hipóteses:

1. A crise econômica e política instalada nos países da América Latina, fruto da adesão dos países da região a uma política econômica insustentável de corte neoliberal, resultou na desestabilização macroeconômica, na desativação do sistema produtivo, no enfraquecimento do tecido social e na deterioração político-institucional da maioria dos países da região. Assim, em que pese a diferença na intensidade da trajetória das crises na Argentina e Brasil, existem provas de ineficácia dos respectivos sistemas políticos, o que nos permite sustentar que a Argentina enfrenta uma forte crise de governabilidade¹ e que o Brasil também se encontra exposto ao risco de sofrer dificuldades nessa área.
2. A demora deliberada dos decisores internacionais, especialmente do FMI e do Tesouro dos EUA, para apoiar o processo de retomada do desenvolvimento da Argentina, evidencia que o mundo não possui nenhum projeto de desenvolvimento social e econômico alternativo para substituir o neoliberalismo.

Objetivos

Temos como objetivo principal, neste artigo, analisar a relação existente entre a

implementação de políticas neoliberais e a governabilidade. Propomos evidenciar que as políticas neoliberais estão contribuindo para reduzir a governabilidade e enfraquecer a democracia na Argentina e no Brasil. Partimos do entendimento de que a recuperação adequada da atividade econômica nesses países não será alcançada apenas com medidas de redução dos gastos públicos, controle da inflação e esforços para reconquistar a confiança do mercado financeiro. Para alcançar esse propósito, pretendemos analisar os custos socioeconômicos e políticos decorrentes da crise econômica instalada na Argentina e no Brasil.² Argumentamos, no caso da Argentina, que a crise não será resolvida em médio prazo sem a ajuda da comunidade internacional.

Formulados as hipóteses e os objetivos do artigo, passamos a analisar, a partir dos macroindicadores socioeconômicos daqueles países, a relação existente entre a adoção das políticas de corte neoliberal e a crise econômica e política da Argentina e do Brasil.

2. O FIM DO CÍRCULO VIRTUOSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

O retrocesso econômico, político e social que atingiu os países da América Latina após o fim do círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social (1930 a 1970) pode ser observado nos preocupantes indicadores socioeconômicos da região (Cepal, 2001). A moratória da dívida externa mexicana, no começo dos anos oitenta, deflagrou o processo de transferência líquida de recursos financeiros

internos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos (Wionczek, 1987, p. 312). A partir da crise da dívida externa tem início no continente o período de ajuste exportador, no qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a recomendar a contenção da demanda interna e o estímulo às exportações. Os países da região, nessa década, tiveram taxas mediocres de crescimento econômico, agravadas pelo descontrole da inflação, configurando o que os economistas denominaram de “década perdida”. No final dos anos oitenta, o cenário econômico e financeiro no

mundo começou a mudar em virtude do aumento na liquidez de recurso externo. Isso forçou os organismos multilaterais, como o FMI e o BIRD, sob o comando do Tesouro dos EUA, a orientar as suas políticas para o combate da inflação nos países da região (Matias Pereira, 2003b). Na base dos ajustes recomendados pelo sistema financeiro internacional, especialmente para os países em desenvolvimento, estavam as políticas resultantes do “Consenso de Washington”, elaborado no

final de 1989. A partir das regras estabelecidas pelo Consenso, a grande maioria dos países latino-americanos começa a adotar os programas de ajuste estrutural e de estabilização recomendados pelo FMI.

As reformas de corte neoliberal implementadas nos anos noventa tiveram como principal objetivo a integração dos países latino-americanos à economia mundial. Para grande parte dos economistas da região, como Pochmann (2001, p. 33), a estabilidade monetária assumiu forte relevância, pois, sem a presença da função moeda como unidade de

AS REFORMAS DE CORTE NEOLIBERAL IMPLEMENTADAS NOS ANOS NOVENTA TIVERAM COMO PRINCIPAL OBJETIVO A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS À ECONOMIA MUNDIAL

conta, as grandes empresas transnacionais não teriam como avaliar o desempenho econômico, a rentabilidade e os custos de produção. Assim, vários países que conviviam com alta inflação adotaram programas de estabilização ancorados na moeda norte-americana, permitindo que o mercado interno internacionalizasse custos e preços. Ao mesmo tempo, o combate à inflação exigiu a abertura comercial e financeira. Observando-se os ciclos de crescimento das principais economias dos países do continente latino-americano, como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela, percebe-se que essas economias, ao longo da década de noventa, tiveram um ritmo inconstante nos seus níveis de crescimento (Cepal, 2001). Essas oscilações refletem a inconsistência do modelo neoliberal, cuja principal determinante é o fluxo de capital externo, permanente e crescente. As crises políticas e econômicas que se abateram sobre a maioria dos países da região nesse período inviabilizaram essa premissa básica de sustentação do modelo. Tal política econômica, denominada “fundamentalismo de mercado”, recomendada pelo FMI em tempos de crise econômica, tem sido apontada por seus críticos como a responsável por causar muito mais sofrimento humano do que resolver os problemas econômicos (Stiglitz, 2002). Para os defensores do neoliberalismo, como Williamson (2002), o fracasso das políticas neoliberais na América Latina deve-se à aplicação incorreta dos princípios e à corrupção dos governos.

Entretanto, ao contrário do que apregoavam os teóricos do neoliberalismo, observa-se que a adoção desse modelo na América Latina levou à desestruturação das cadeias produtivas, a falências e a desnacionalizações. Como consequência, aprofundou-se o processo de deterioração social na região, refletido nos níveis de desemprego, nas relações de trabalho, na queda do valor dos salários, no

aumento das desigualdades e pobreza e na violência. Entre os países da região afetados pela adoção de políticas econômicas de corte neoliberal destacam-se o Brasil e, de maneira mais grave, a Argentina, primeiro país a percorrer integralmente um ciclo perverso, que o conduziu ao colapso.

Feitas essas considerações iniciais, propomos analisar, a seguir, o colapso e as perspectivas político-econômicas da Argentina.

3. O COLAPSO DA ECONOMIA ARGENTINA E AS PERSPECTIVAS POLÍTICO-ECONÔMICAS

O falso círculo virtuoso da economia argentina. Antes de avançar na análise da crise instalada na Argentina, torna-se oportuno fazer um retrospecto da economia desse país nos últimos dez anos. Os problemas políticos e econômicos que conduziram o país à crise atual começaram com o lançamento do 13º plano econômico do governo Carlos Menem, em 1991. O plano tinha como propósito combater a hiperinflação no país, que havia alcançado 3.079,4% em 1989. A base do plano, denominado “plano de conversibilidade”, estava na vinculação do valor da moeda local, peso argentino, ao dólar norte-americano, ou seja, a economia argentina adotou o sistema de câmbio fixo, com um peso valendo um dólar.

A introdução do sistema monetário argentino do *currency board*, em 1991, foi uma medida de política econômica que visou, em última instância, a tranquilizar os investidores internacionais. O sistema de paridade, de um lado, conseguiu evitar a inflação futura, mas, de outro, reduziu drasticamente o espaço para a condução da política monetária. Assim, a armadilha – *trampa* – que empurrou a Argentina para o colapso teve início com a adoção da política de conversibilidade, que vinculava o peso ao dólar a uma paridade fixa e permitia o controle da base monetária.

O sucesso dessa política econômica que, em sua primeira fase, permitiu uma expansão vigorosa da economia do país, teve como mola impulsora um forte influxo de investimentos externos no início da década de 90. Esses investimentos foram, em parte, responsáveis pela política que derrotou a hiperinflação que colocara o país à beira da ingovernabilidade no final dos anos 80. Por sua vez, as condições favoráveis no cenário internacional permitiram ao governo central argentino continuar gastando mais do que arrecadava, financiando seu déficit no mercado financeiro. Isso levou o país a contrair uma enorme dívida pública, em sua maior parte concentrada em bônus.³

Essa política, que recebeu o aval (*ownership*) do Fundo Monetário Internacional, o que dava à Argentina o direito de definir suas próprias políticas econômicas e submetê-las à diretoria da instituição apenas como deferência, mostrou-se, no decorrer do tempo, inconsistente e prejudicial ao país. A sucessão de erros, para muitos economistas e cientistas sociais, como Calomiris (2001, p. 12), que conduziu a Argentina à crise atual, deve ser atribuída internamente ao ex-ministro da economia Domingo Cavallo e, no plano externo, aos ex-dirigentes do Tesouro dos EUA e do FMI: Larry Summers, Stanley Fischer e Michael Mussa.

A análise dos indicadores da economia argentina entre 1991 e 2001 mostra que o câmbio fixo foi a maior fonte de instabilidade da economia daquele país. Observa-se, por exemplo, com base nos indicadores do Ministério da Economia da Argentina, um aumento acelerado das importações do país, que saltaram de US\$ 4 bilhões em 1990 para US\$ 25,5 bilhões em 1999. Os problemas gerados pelo plano de conversibilidade foram agravados pela valorização do dólar, decorrente do longo período de prosperidade da economia dos EUA, que contribuiu decisivamente para

elevar a dívida pública argentina de US\$ 54,6 bilhões em 1990 para US\$ 135,6 bilhões em 2001. Na fase inicial de implementação do plano (1991-1994), o cenário externo foi favorável à Argentina, visto que os juros estavam baixos nos EUA e os investidores passaram a priorizar os seus investimentos nos países emergentes. Com a crise do México, em 1994, e a da Ásia, em 1997, o fluxo dos investimentos reduziu-se fortemente para os países emergentes. A partir daí, a solução encontrada pelo governo argentino foi aumentar as exportações para o Brasil. Essa alternativa tornou-se inviável com a desvalorização do Real, em janeiro de 1999.

Nesse contexto, a economia da Argentina, até 1994 apresentada ao mundo pelo FMI como o modelo a ser seguido por governos responsáveis e comprometidos com o social, saiu de um falso círculo virtuoso, sustentado pela inconsistente política de conversibilidade, para entrar num círculo vicioso de desestabilização macroeconômica e de vulnerabilidade externa. Assim, à medida que a dívida pública argentina crescia rapidamente, o que tornava o seu custeio cada vez mais dispendioso, o país não conseguia obter superávit em sua balança comercial e, dessa forma, gerar divisas para honrar seus compromissos externos. Esse cenário, que se agravava de maneira preocupante com o aumento excessivo, nos últimos anos, da carga da dívida pública, obrigava o governo da Argentina a tomar empréstimos a juros cada vez mais altos. Assim, quanto mais a economia argentina se contraía, maior era a resistência do Tesouro dos EUA e dos organismos multilaterais, especialmente o FMI, de apoiar a rolagem das obrigações a vencer do país. Consta-se, portanto, que a adoção de políticas inflexíveis no nível fiscal e cambial contribuiu decisivamente para a desestabilização macroeconômica e para aumentar a vulnerabilidade externa daquele

país. A sucessão de erros dos atores públicos e privados, internos e externos, conduziu a Argentina ao colapso.

Após essas considerações e com vistas a fundamentar a análise do cenário da crise e as perspectivas políticas e econômicas da Argentina, utilizaremos os macroindicadores socioeconômicos e os dados das pesquisas de opinião pública realizadas naquele país.

3.1 Macroindicadores socioeconômicos da Argentina

Considerando os efeitos negativos, no plano internacional, da decretação da moratória da dívida pública do país, a economia mergulhada numa recessão há mais de quatro anos e sem perspectivas de crescimento em 2002, são reduzidas as possibilidades do governo argentino de obter sucesso na sua política

TABELA 1 - Macroindicadores socioeconômicos da Argentina
Período: 2001-2002

População	38,0 milhões de habitantes
População urbana	89,9%
Área	2.736.690 km ²
Alfabetização	96,5%
Posição no IDH (PNUD/ONU), 2002*	35º lugar
Produto Interno Bruto (PIB), 2001	268,7 bilhões de pesos
Renda per capita, 2001	6.500 pesos/ano
Crescimento do PIB, 2001	-4,5%
Crescimento do PIB em 2002	-10,93%
Inflação em 2001	-1,5%
Inflação em 2002	41,0%
Taxa de desemprego (PEA), 2002	22% (cerca de 3,2 milhões de pessoas)
Trabalhadores subocupados (PEA)	22% (cerca de 3,05 milhões de pessoas)
Total da dívida pública (valor bruto)	US\$ 114,6 bilhões
Dívida pública (incluindo as províncias)	US\$ 135,6 bilhões
Reservas cambiais, 2001	US\$ 20,1 bilhões
Reservas cambiais, 2002	US\$ 9,5 bilhões
Conta corrente 2002	US\$ 8,954 bilhões
Tipo de câmbio (pesos/US\$), 2001	1.000
Tipo de câmbio (pesos/US\$), 2002	3.360

Fonte: Instituto de Estatística e Censos (Indec) e Ministério da Economia da Argentina, set. 2002.

* O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU mede o desenvolvimento do país com base na expectativa de vida, no nível educacional e na renda *per capita*. O Canadá ocupa a primeira posição e o Brasil a 74ª.

econômica e assim reverter o cenário desfavorável em termos econômicos, políticos e sociais. O propósito do governo de garantir a paz social na Argentina (Duhalde, 2002) para evitar o caos na economia e a convulsão social⁴ não foi alcançado satisfatoriamente. Vejam-se, na Tabela 1, os macroindicadores socioeconômicos da Argentina.

A análise da situação argentina contida no relatório “Perspectivas da economia mundial” (FMI, 2003) indica que a produção argentina, que caiu pelo terceiro ano consecutivo em 2001 (-4,4% do PIB), permaneceu em retrocesso em 2002 (-10,9% do PIB). A inflação em 2002 foi de 41%. Por sua vez, a crise econômica contribuiu para aumentar as desigualdades na distribuição de renda daquele país desde 1974. Atualmente 57,5% da população argentina é considerada pobre – 20 milhões de pessoas, das quais 10 milhões são indigentes. Segundo indicadores do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) relativos a outubro de 2001, os 10% da população mais rica detêm 37,3% da renda total do país, enquanto os 10% mais pobres ficam com apenas 1,3%. Ou seja, o setor mais rico tem uma receita 28,7 vezes maior do que a dos mais pobres. Pesquisas do Indec divulgadas em junho de 2002 mostraram que aquele país tinha 18.219 milhões de pessoas pobres ou 51,4% da população. Desse total, 21% se situavam abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivendo com menos de um dólar por dia.

Após a apresentação desses indicadores, torna-se possível analisar as razões políticas e econômicas que conduziram a Argentina à moratória.

3.2 Os fatores políticos e econômicos que conduziram a Argentina à moratória

A decretação da moratória da dívida pública (*default*), em dezembro de 2001, contribuiu significativamente para aumentar,

no plano interno, o processo de enfraquecimento institucional e, no nível externo, provocou o isolamento do país na comunidade financeira internacional. O desenrolar dos fatos que culminaram com a moratória argentina comprova que houve erros, exigências descabidas e omissões por parte de um grande número de atores públicos e privados, tanto no nível interno como no externo. A decisão política do FMI e do Tesouro dos EUA de não mais protelar os problemas da crise argentina, com economia em queda livre, nível de desemprego aumentando, queda na arrecadação tributária e erosão na base política do país, foi suficiente para provocar a renúncia do presidente De la Rúa e a decretação da moratória da dívida pública do país. Os dados sobre a dívida pública divulgados pelo Ministério da Economia argentino comprovam que o país só vinha conseguindo rolar os seus débitos de vencimento de curto prazo com a ajuda de recursos de instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial e o respaldo do Tesouro dos EUA.

Nesse sentido, Stiglitz (2002, p. 15) argumenta que

essas grandes operações de salvamento permitiram que os países socorridos mantivessem, durante um breve período, um câmbio sobrevalorizado, que por seu turno permitiu que os ricos, nesses países, recuperassem seu dinheiro em condições mais favoráveis do que poderiam, de outra forma, ter conseguido. Essas operações de salvamento também permitiram que os bancos ocidentais que emprestaram dinheiro de modo imprudente recebessem seu dinheiro de volta. Enquanto isso, na medida em que taxas de câmbio sobrevalorizado deprimiram ainda mais a economia, ao país em questão restou arcar com o ônus de pagar de volta os bilhões de dólares em empréstimos do FMI.

Por sua vez, a desaceleração das principais economias no mundo (EUA, União Européia e Japão), que já estava produzindo efeitos negativos nos países emergentes, foi agravada com o ataque terrorista aos EUA em 11 de setembro de 2001 e a deflagração da guerra dos EUA contra o Iraque em março de 2003. Esses acontecimentos acentuaram a instabilidade mundial, colocando num plano secundário os problemas econômicos dos países em desenvolvimento.

Em que pesem os custos socioeconômicos e políticos do colapso da economia argentina, nenhuma alternativa consistente foi apresentada pela comunidade internacional para viabilizar o processo de retomada do desenvolvimento daquele país (Kruger, 2001).

3.3 Perspectivas de recuperação da eficácia e da legitimidade do sistema político da Argentina

As incertezas nas áreas política, econômica e social sinalizam que o futuro do Estado argentino é preocupante. Cabe a Néstor Kirchner, eleito para o período de 2003 a 2007, que chegou à presidência enfraquecido politicamente pela desistência de Menem de participar do segundo turno das eleições, a responsabilidade de restaurar a credibilidade das instituições e dos dirigentes políticos junto à opinião pública. A obtenção de êxito nessa missão dependerá da habilidade política do novo governo de administrar e resolver dois problemas: (1) retirar o país do isolamento externo a que está submetido pelas instituições multilaterais e pelo mercado financeiro internacional, após a decretação da moratória da dívida pública; (2) em nível interno, administrar politicamente a imensa pressão e a falta de credibilidade da população nos dirigentes e nas instituições. É vital a negociação de um pacto político de união nacional integrado pelos principais partidos políticos, governos das províncias e pela sociedade

organizada, capaz de criar a base de um novo contrato social.

Diante da dimensão e da complexidade desses dois problemas, evidencia-se que o governo Kirchner não poderá alterar significativamente a trajetória da crise instalada na Argentina sem o apoio internacional. Apesar dos aparentes avanços obtidos pelo país junto ao FMI, ainda é incerta a possibilidade de o governo central conseguir o apoio externo adequado para retirar o país da crise em médio prazo. O governo Kirchner necessitará desenvolver esforços significativos para recuperar a eficácia e a legitimidade do sistema político e, de maneira especial, a credibilidade na área econômica daquele país.

4. DESESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA E CRISE SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL

A integração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva e a conquista da estabilidade econômica foram os feitos econômicos mais importantes da primeira metade dos anos noventa no Brasil. Muitos economistas e cientistas sociais contrários ao neoliberalismo, como Fiori, Magalhães e Furtado, argumentam que as políticas econômicas e sociais adotadas a partir do início da década de noventa para garantir aqueles feitos — especialmente os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso — produziram um preocupante desajuste macroeconômico e uma erosão nas bases da economia brasileira (Furtado, 1999, p. 92-99).⁵

Assim, iniciamos a análise técnica e prática da crise econômica e das perspectivas políticas e econômicas do Brasil com a convicção de que um dos problemas principais que surge na execução das políticas de ajuste estrutural e estabilização no Brasil é o de seus efeitos sobre a desestabilização macroeconômica.

4.1 Impactos da abertura comercial e da desvalorização cambial de 1999

Com a abertura comercial do Brasil e o câmbio valorizado no início do Plano Real (reduzindo fortemente a inflação), produziu-se uma drástica deterioração nas contas externas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Os elevados superávits comerciais obtidos na década de oitenta se transformaram em déficits significativos a partir de 1994. Essa transformação resultou do rápido crescimento das importações, já que a expansão das exportações brasileiras não foi suficiente para compensar o aumento de suas compras externas. Entre 1994 e 1998, as importações cresceram 77% e as exportações somente 17%. No total, nesse período, as exportações cresceram uma média de 4,1% ao ano, ritmo muito inferior ao de expansão do comércio internacional (que foi de 7,6% ao ano). Isso mostra a falta de dinamismo das vendas externas brasileiras e a necessidade de melhorar a composição da pauta de exportações no que se refere a produtos e mercados.

Os sucessivos déficits no comércio internacional e o aumento do desequilíbrio na conta corrente nos anos 1994-98 levaram muitos políticos, economistas e empresários a duvidar da adequação da política cambial adotada (administrada e fixa). A proposta de desvalorização do câmbio como uma política de correção dos desequilíbrios foi ganhando força ano após ano, em decorrência dos sucessivos déficits. A crise na economia mundial no final de 1998, em particular na Rússia, tornou insustentável a manutenção da política econômica na qual o Plano Real estava apoiado. A desvalorização do câmbio é adotada pelo governo brasileiro no contexto dessa instabilidade.

Está demonstrado em distintos estudos, como em Matias Pereira (2001), que a adoção da livre flutuação cambial em janeiro de 1999

significou uma mudança radical da estratégia política na qual se baseava o Plano Real. Com efeito, o fim da utilização da âncora cambial para dar sustentação ao Plano Real, além de significar uma ruptura com a política econômica anterior, também determinou a necessidade de uma nova estratégia política de estabilização. Assim, a política macroeconômica passou a ser determinada pelo regime de "metas de inflação".

A vulnerabilidade externa do Brasil. Evidencia-se, no plano externo, a partir das análises dos indicadores da economia brasileira nos últimos anos, que o país passou a depender cada vez mais de recursos externos, especialmente de empréstimos dos organismos multilaterais como o FMI, para o fechamento de seu balanço de pagamentos (BCB, 2003). Registre-se que a deterioração sistemática da conta de transações correntes da balança de pagamentos possui uma estreita relação com a crise cambial ocorrida no Brasil no final de 1998 e com a desvalorização do real no início de 1999. Entre 1995 e 2002, a dívida externa aumentou 43,9%, passando de US\$ 159,3 bilhões para US\$ 229,2 bilhões.

Políticas monetária e cambial inadequadas. A manutenção de altas taxas de juros e do regime de câmbio fixo e sobrevalorizado de 1995 a 1999 conduziu a economia brasileira a conviver com crescentes déficits nas transações externas, e o Estado com expressivos déficits fiscais.

Dívida líquida do setor público e crise de confiança. A dívida líquida do setor público consolidado chegou a R\$ 665,286 bilhões em janeiro de 2002, equivalente a 55,2% do PIB. Em março de 2003, essa dívida atingiu R\$ 888,140 bilhões, equivalentes a 55,1% do PIB.

Investidores estrangeiros e domésticos vêem com crescente preocupação o elevado nível de endividamento público brasileiro.

Para Truman (IIE, 2002, p. 11), a economia brasileira

continua vulnerável. A proporção da dívida pública para o Produto Interno Bruto cresceu de 34% em 1997 para 49% em 1999, mas agora aumentou para 55%, quando estava planejada para estar numa tendência decrescente. Menos de 20% da dívida pública é com o exterior, mas uma proporção semelhante está ancorada ao dólar. A dívida externa total do Brasil, que está em menos de 50% do PIB, é, principalmente uma dívida do setor privado. Entretanto, o total representa mais de 310% das exportações de bens e serviços. Essas proporções colocam o Brasil na zona perigosa de uma dívida insustentável.

A desconfiança dos analistas em relação à política macroeconômica está ligada à questão da sustentabilidade da política fiscal do país. Uma alteração no atual regime fiscal poderia provocar uma explosão no endividamento do setor público. Isso tem gerado uma crescente inquietação entre os investidores internos e externos, visto que o encurtamento no perfil de vencimento dos títulos públicos sinaliza um aumento da probabilidade de ocorrer uma crise de confiança na economia do país, que acabaria obrigando o governo a promover um alongamento compulsório no perfil da dívida mobiliária.

Carga tributária total. No que se refere à arrecadação de tributos, o governo brasileiro vem mantendo uma tendência de crescimento nos últimos anos. No acordo do Brasil com o FMI para o período 1999-2001, ficou explícita a necessidade do governo de aumentar a arrecadação dos tributos para viabilizar o cumprimento das metas de superávits primários (FMI, 1999). As receitas tributárias nas três esferas de governo (União, Estados e municípios) em 2001, por exemplo, apresentaram um crescimento real de 5,88% — a arrecadação

tributária do país cresceu de R\$ 358,02 bilhões, em 2000 (32,48% do PIB), para R\$ 406,87 bilhões em 2001 (33,84% do PIB). Em 2002, a carga tributária brasileira foi de 35,86% do PIB, o equivalente a R\$ 473,84 bilhões (o PIB nesse mesmo período cresceu apenas 1,5%, atingindo R\$ 1,321 trilhão). A taxa média de crescimento do PIB de 1998 a 2002 foi de 1,6%.

Taxa de desemprego e renda no Brasil.

A elevada taxa de desemprego no Brasil registrada pelo IBGE nos últimos anos, no patamar de 12% da população economicamente ativa (PEA), reforça a necessidade de retomada do crescimento da economia. Preocupante também é a desigualdade existente na sociedade brasileira (Síntese dos Indicadores Sociais 2002, IBGE). A desigualdade perpassa todo o tecido social brasileiro, a começar pela distribuição de renda (o índice de Gini do Brasil situa-se próximo de 0,56, recordando que, quanto mais perto de um, pior a distribuição de renda do país). No Brasil, o contingente de 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Nesse universo, metade dos trabalhadores do país ganha até dois salários mínimos e metade não contribui para a Previdência Social, pois vive na informalidade. Esses dados explicam, em parte, por que o Brasil, entre 17 países da América Latina, é aquele em que o apoio à democracia se mostra mais débil: apenas 37% dos pesquisados dizem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo (Pesquisa do Latinobarômetro, 2003).

O rendimento médio real do brasileiro caiu cerca de 16% no período de 1998-2002 (IBGE, 2003). Somente no período de janeiro a dezembro de 2002, comparado com o mesmo período de 2001, o trabalhador perdeu 5% de rendimento real médio. A forma de inserção

do país no processo de globalização econômica, através de políticas de liberação cambial, comercial, financeira e produtiva, portanto, está contribuindo para o agravamento da vulnerabilidade externa e criando uma trajetória de instabilidade e crise no país (Matias Pereira, 2003b). Existe quase um consenso entre os economistas brasileiros de visão desenvolvimentista, como Coutinho (2002, p. 15), sobre a necessidade de redução da vulnerabilidade externa do país. Recomendam que a sustentabilidade da economia brasileira deveria ser buscada por meio da implementação de políticas de promoção comercial e políticas setoriais de desenvolvimento competitivo, apoiadas por uma taxa de juros de longo prazo (TJLP) internacionalmente isonômica.

4.2 Perspectivas e riscos da economia brasileira

O Plano Real, iniciado no governo Itamar Franco e complementado no governo Fernando Henrique Cardoso, foi um sucesso no combate à inflação, mas provocou o aumento da dívida interna e do passivo externo líquido. A prioridade da política econômica do governo Fernando Henrique, no período de 1995-2002, foi a estabilidade dos preços. Essa enorme dependência do capital externo tem obrigado o país a obter elevados superávits primários nas suas contas públicas graças à redução das despesas do setor público, em especial dos recursos do orçamento destinados à construção e conservação da infra-estrutura e dos investimentos em programas sociais.

A herança deixada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), traduzida nos preocupantes indicadores macroeconômicos do país, explica em parte por que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) está enfrentando sérias dificuldades na fase inicial de seu governo. No período de 1999-2001, o Brasil obteve superávit fiscal primário equivalente a 3,5% do PIB. Em 2002, o superávit foi

elevado para 3,88% do PIB, o equivalente a R\$ 50,3 bilhões. Esse superávit foi elevado em 2003 para 4,25% do PIB. Os decisores econômicos internos e externos argumentam que essa política de disciplina fiscal foi fundamental para que o país mantivesse sua credibilidade junto ao sistema financeiro internacional, bem como obtivesse o empréstimo do FMI de R\$ 30,4 bilhões em agosto de 2002. A determinação do governo Lula de não alterar o curso dessa política econômica, entretanto, tem levado uma parcela significativa de economistas brasileiros a alertar para os seus efeitos indesejáveis na sociedade brasileira.

A instabilidade no cenário econômico e político mundial

A instabilidade no cenário econômico e político mundial, em especial nos EUA, tende a atuar como um obstáculo às pretensões dos países emergentes, como o Brasil, de alcançar um crescimento acelerado e contínuo nessa primeira década do século XXI. As perspectivas desfavoráveis trazem de volta a discussão sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil, considerando que o seu Produto Interno Bruto (PIB) precisa crescer acima de 6% ao ano (Dias Leite, 1999) para resolver os sérios problemas socioeconômicos da população e, dessa forma, garantir a eficácia e legitimidade do sistema político.

CONCLUSÕES

Buscamos analisar neste artigo a relação existente entre a implementação de políticas neoliberais e a governabilidade. Para demonstrar a conexão entre as políticas de corte neoliberal e as crises instaladas na Argentina e no Brasil, baseamo-nos principalmente nas três variáveis clássicas de rendimento econômico: crescimento, desemprego e inflação. Os resultados alcançados neste estudo concederam um moderado apoio às hipóteses.

Contudo, a realidade econômica, política e social da Argentina e do Brasil é demasiadamente complexa para ser apreendida em sua totalidade, a partir das informações analisadas neste estudo. Assim, restringimo-nos a captar apenas uma parte da realidade e a entender somente determinados aspectos de seus processos complexos.

Deste estudo podemos chegar a duas conclusões principais. A primeira se refere à inserção da Argentina e do Brasil no processo de globalização econômica através da adoção de políticas econômicas inconsistentes de corte neoliberal. Essas políticas contribuíram para o agravamento da vulnerabilidade externa do Brasil pelo elevado nível de endividamento interno e um imenso passivo externo líquido. Em relação à Argentina, levaram a uma trajetória de instabilidade e crise e, finalmente, ao colapso econômico, social e político. Segundo: as evidências disponíveis nos cenários internos e externo indicam que a recuperação da atividade econômica na América Latina, em particular na Argentina e no Brasil, não poderá ser alcançada apenas com medidas de redução dos gastos públicos, controle da inflação e esforços para convencer os mercados financeiros de que os problemas daqueles países estão solucionados. A adoção das políticas de austeridade recomendadas pelo FMI, de um lado, e a necessidade de promover o crescimento real da renda *per capita*, a melhoria na distribuição da renda e a redução dos níveis de pobreza de uma parcela significativa da população argentina e do Brasil, de outro lado, são medidas incompatíveis. O agravamento das dificuldades político-econômicas

da Argentina e do Brasil indica que esses países precisam se concentrar na retomada econômica em vez de tentar recuperar a confiança dos mercados financeiros. No caso da Argentina, é perceptível que a retomada do crescimento econômico não será possível sem a ajuda da comunidade internacional.

Ficou moderadamente provado que o colapso da economia argentina e a desestabilização macroeconômica do Brasil — com crescimento econômico inadequado, elevação do desemprego, elevação da dívida interna e do passivo externo líquido — são resultado,

sobretudo, da acumulação de muitos problemas não resolvidos e da persistente aplicação de políticas internas e externas de curto e médio prazo, improvisadas, inconsistentes e contraditórias, pelos mais importantes atores políticos, econômicos e financeiros, oficiais ou privados. A análise dos indicadores socioeconômicos e políticos da Argentina indica que o país ainda apresenta um elevado risco de sofrer uma crise de governabilidade. O mesmo se verifica em relação ao Brasil, considerando os indicadores

que medem a fragilidade externa: dependência de um fluxo significativo de capital externo para financiar um déficit substancial em conta corrente e a rolagem contínua do endividamento externo.

Com base nos casos do Brasil e da Argentina, torna-se evidente que, para reverter a tendência de instabilidade econômica, política e social na América Latina, uma nova ordem mundial é necessária. É preciso que a comunidade internacional, em especial o governo dos EUA e os organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial,

COM BASE NOS CASOS
DO BRASIL E DA
ARGENTINA, TORNA-SE
EVIDENTE QUE, PARA
REVERTER A TENDÊNCIA
DE INSTABILIDADE
ECONÔMICA, POLÍTICA E
SOCIAL NA AMÉRICA
LATINA, UMA NOVA
ORDEM MUNDIAL É
NECESSÁRIA

se proponham a apoiar a criação de um modelo de desenvolvimento mundial alternativo capaz de ocupar o vácuo econômico e político deixado pelo esgotamento do modelo neoliberal.

Recomendações: Diante da amplitude e complexidade do tema aqui analisado, novos estudos serão importantes e necessários. Tratar-se-á de investigar, por exemplo, por que fracassaram os planos econômicos implementados na América Latina, em particular na Argentina e no Brasil, na década de oitenta e noventa, tendo como principal objetivo a retomada do crescimento nesses países. Por que, apesar dos esforços do governo da Argentina, todos os planos econômicos acabaram gerando crises políticas, elevação do

desemprego e aumento do pessimismo interno e externo quanto ao futuro do país? A posição do Brasil de fortalecer o Mercosul em detrimento das negociações da Alca é conveniente politicamente para os demais integrantes do bloco, em especial para a Argentina? ➤

José Matias Pereira

Economista e advogado. Doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. Professor de Finanças Públicas e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. Q. 5 Conj. 1 Casa 9 - SMPW Park-Way Brasília - DF - Brasil - 71735-050 E-mail: matias@unb.br

NOTAS

¹ Governabilidade deve ser entendida como a situação em que corre um conjunto de condições favoráveis para a ação de governo. Ingovernabilidade refere-se a uma situação disfuncional que dificulta a atividade e a capacidade governamental (Matias Pereira, 2001, p. 10-12).

² Karl Otto Hondrich. *Desarrollo económico, conflictos sociales y libertades políticas*. Editora Euro-america, Madrid, 1974, p. 201. O autor, ao tratar da intensidade dos conflitos sociais, parte do fato de que o desenvolvimento econômico produz dissonância em todos os membros da sociedade global. Observa que "un conflicto social

se convierte en político cuando los intentos de solución culturales, estructurales o coyunturales se refuzan o se sustituyen por un empeño político de solución".

³ Ministério da Economia da Argentina (2002), *Indicadores da economia argentina, 1990-2001*, Indec, Buenos Aires. Os dados sobre a trajetória da dívida externa argentina mostram que ela quase dobrou entre 1994 e 1998. Isso se refletiu no peso do serviço da dívida (principal e juros como porcentagem das exportações totais), que saltou de 25,4% para 58,2% no mesmo período. A dívida pública total do país, no valor de US\$ 151 bilhões (dos quais cerca de US\$ 95 bilhões

estão concentrados em bônus), representa cerca de 54% do Produto Interno Bruto (PIB). Os bônus argentinos respondem por cerca de 23% de todos os bônus emitidos nos mercados emergentes.

⁴ Eduardo Duhalde, "Discurso para anunciar o novo plano econômico", Buenos Aires, 4 de janeiro de 2002. Duhalde ressalta que "a minha principal tarefa é garantir a paz social na Argentina. A sociedade pode tolerar as situações mais adversas, mas não a anarquia" (*Correio Braziliense*, 5 jan. 2002, p. 6).

⁵ Celso Furtado. *El capitalismo global*, Fondo de Cultura Económica, México, 1999, p. 92-99.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. *Gobernabilidad, crisis y cambio*. Elementos para el estudio de la gobernabilidad de los sistemas políticos en épocas de crisis y cambio. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

ALESINA, Alberto; PERROTI, Roberto. *El ajuste fiscal en los países de la OCDE: composición y efectos macroeconómicos*, FMI, Washington, D.C., 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das relações internacionais do*

Brasil. São Paulo: Editora Unimarco, 1999.

ALMOND, Gabriel A. Democracia y cultura cívica. In: Rafael del Aguila, Fernando Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Madrid:

- Alianza Editorial, 1998, p. 348-373.
- ALMOND, Gabriel A. VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963 (trad. esp.: Almond y Verba. *La cultura cívica*. Madrid: Euramérica, 1970).
- ARBÓS, Xavier; SALVADOR, Giner. *La gobernabilidad, ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial*. Madrid: Siglo XXI, 1993.
- ARCHIBUGI, D.; HELD, D. (Eds.) *Cosmopolitan democracy. An agenda for a new world order*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Progreso económico y social en América Latina*. BID, Washington, D.C., 2001.
- Banco Interamericano de Desarrollo (BID). *América Latina frente a la desigualdad. Informe de progreso económico y social en América Latina*, BID, Washington, D.C., 1998-1999.
- _____. *El desarrollo allá de la economía. Informe del progreso económico y social en América Latina*, BID, Washington, D.C., 2000.
- _____. PNUD. *Reforma social y pobreza, hacia una agenda integrada de desarrollo*, BID, Washington, D.C., 1993.
- Banco Mundial (BIRD). *New paths to social development: community and global networks in action*, anais da *Cumbre mundial sobre desarrollo social*. Ginebra, 26-30 jun. 2000.
- _____. *Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil (CAS)*, The World Bank Group, Washington, D.C., 2000.
- _____. *Governance: the World Bank's experience*. BIRD, Washington, D.C., 1993.
- _____. *Governance and development*, BIRD, Washington, D.C., 1992.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Editora Record, Cofecon y Cepal, 2000.
- BIS (Banco para Compensações Internacionais). *Relatório sobre a economia mundial*. BIS, Basiléia, jul. 2002.
- BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- Brasil. Presidência da República. *Oito anos do Real*. PR, Brasília, julho 2002.
- _____. *Agenda de governo – Biênio 2001-2002*, PR, Brasília, 2001.
- _____. Presidência da República, *Mensagem ao Congresso Nacional*, PR, Brasília, 2001.
- _____. Banco Central, *Indicadores econômicos 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002*, BCB/Depec, Brasília, 2002.
- _____. IBGE, *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad) de 1999*, Síntese de indicadores, IBGE, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. IBGE, *Anuário estatístico do Brasil*, 1998, 1999, 2000 e 2001, IBGE, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. IBGE, *Censo demográfico do Brasil 2000: resultados preliminares*. IBGE, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Ministério da Fazenda, *Acordo stand-by do Brasil com o FMI, 1998*, aprovado pela Diretoria Executiva do FMI, 2 dez. 1998.
- _____. Ministério da Fazenda, *Memo-rando de política econômica (MPE)*, Sétima avaliação, Brasília, 28 mar. 2001.
- Buarque, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*, 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Modernidade com ética*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- Buarque, Cristovam. *Revolução nas prioridades*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. "Crise de idéias", *Correio Braziliense*, 23 dez. 2001, p. 16.
- CABALLERO, Ricardo; DORNBUSCH, Rudiger. Argentina merecia a intervenção, *Financial Times*, 8 mar. 2002, republicado pela *Folha de S. Paulo*, 10 mar. 2002, p. B-10.
- CAMDESSUS, Michel. *Is the Asian crisis over?* FMI, The National Press Club, Washington - D.C., 2 abr. 1998.
- _____. *From crisis to a new recovery*, FMI, Washington, D.C., 24 sept. 1999.
- CALOMIRIS, Charles. Argentina: dolarização ou desvalorização do peso? *Correio Braziliense*, 27 dez. 2001, p.12.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CEPAL. *Anuario de Estadísticas de América Latina*, Cepal, Santiago, 2001.
- _____. *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 2. ed., Cepal - Fondo de Cultura Económica, Santiago, 1998.
- _____. *La Cepal en su 50 años - Notas de un seminario conmemorativo*. Cepal/Eclad, Santiago, 2000.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *The globalization of poverty: the impacts of IMF and World Bank reforms*, The Third World Network, Penang, Malaysia, 1997.
- COPPEDGE, Michael. Instituciones y gobernabilidad democrática en América Latina. In: *Consolidación democrática, gobernabilidad y transformación socioeconómica en América Latina*, *Síntesis*, n. 22, p. 61-88, 1995.
- COTARELO, Ramon. *Los partidos políticos*. Madrid: Editorial Sistema, 1996.

- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. *The crisis of democracy, report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.
- DAHL, Robert A. Democracia y pluralismo, Rafael del Águila, Fernando Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Madrid: Alianza Editorial, 1998, p. 395-412.
- DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- DIAMOND, Larry. Economic development and democracy reconsidered. In: Gary Marks y Larry Diamond (Ed.), *Reexamining democracy. Essays in honor of Seymour Martin Lipset*, Newbury Park: Sage, 1992, p. 93-139.
- DIAS LEITE, Antônio. *Crescimento econômico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- EASTON, David. *Enfoques sobre teoría política*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1969.
- EVANS, Peter. Predatory, developmental and other apparatuses: a comparative political economy perspective on the third world State. *Sociological Forum*, v. 4, n. 4, 1989.
- _____. The state as problem and solution: predation, imbibed autonomy, and structural change. In: S. Haggard y R.R. Kaufman. *The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts, and the state*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- DORNBUSCH, Rudiger. A Argentina à beira do precipício. *Valor Econômico*, 8 jan. 2002, p. A11.
- FERRER, Aldo. *Historia de la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo. *Macroeconomía, comercio y finanzas: para reformar las reformas en América Latina*. Santiago: Cepal/McGraw-Hill Interamericana, 1999.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, S. *Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo; REISEN, Helmut (Ed.). *Flujos de capital e inversión productiva: lecciones para América Latina*. Santiago: McGraw Hill-Cepal-OCDE, 1998.
- FIORI, José Luis. *O vôo da coruja*, Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995.
- _____. *2001: o Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Fundo Monetário Internacional. *Políticas financieras del FMI*, Washington, D.C., 2000.
- _____. *Government Finance Statistics*, FMI, Washington, D.C., 2001.
- _____. *Perspectivas da economia mundial: a economia global depois de 11 de setembro*. FMI, Washington, D.C., dezembro 2001.
- FRAGA, Armínio; GLEIZER, Daniel. *Constrained direction and collective action problems: reflections on the resolution of international financial crises*. Banco Central do Brasil, Brasília, novembro 2001.
- FURTADO, Celso. *El capitalismo global*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- _____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 19. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1984.
- _____. *Teoría y política del desarrollo económico*. 5. ed., México: Siglo XXI, 1974.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o contexto internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Globalização e desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *La política y el Estado moderno*. Barcelona: Ediciones Península, 1971.
- HABERMAS, Jürgen. *Más allá del Estado nacional*. 2. ed., Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- HELD, David. Democracia y el nuevo orden internacional. In: Rafael del Águila, Fernando Vallespín y otros, *La democracia en sus textos*, Madrid: Alianza Editorial, 1998, p. 503-520.
- _____. A globalização depois do 11 de setembro, *Correio Braziliense*, 11 jul. 2002, p. 5.
- HENRIQUES, Ricardo (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*, IPEA, Brasília, 2001.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, voice, and loyalty*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.
- HIRST, Paul; THOMSON, Grahame F. *Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance*. Cambridge: Polity Press.
- HONDRICH, Karl Otto. *Desarrollo económico, conflictos sociales y libertades políticas*. Madrid: Editora Euroamerica, 1974.
- KRUGER, Anne. *International financial architecture for 2002: a new approach to sovereign debt restructuring*. American Enterprise Institute, Washington, D.C., 26 nov. 2001.
- KRUGMAN, Paul. Cruz de dólares. *O Globo (Economia)*, 8 nov. 2001, p. 36.
- _____. STEPHAN, Alfred. *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978.
- LINDENBOIM, Javier. Algo que termina ou que começa?, *Jornal do Brasil*, 22 dez. 2001, p. 8.
- _____. LIPSET, Seymour M.; POOL, Amy B. Condiciones sociales para la democracia en América Latina – Análisis de la encuesta de Latino Barómetro. In: PNUD, *Gobernabilidad y desarrollo democrático en América Latina*, Pnud, 1999.

- Latinobarómetro. Condiciones sociales para la democracia en América Latina – Análisis de la encuesta de Latino Barómetro, Santiago: Latino-barómetro/Pnud, 2003.
- LIPSET, Seymour Martin. *El hombre político. Las bases sociales de la política*, Madrid: Tecnos, 1987.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *Estratégia de longo prazo para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Papel & Virtual/Universidade Estácio de Sá, 2000.
- MATIAS PEREIRA, José. *Políticas de austeridad y gobernabilidad: el caso de la aplicación del programa de ajuste estructural y de estabilización del FMI en el Brasil*. Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset/Universidad Complutense de Madrid, 2001.
- _____. O desfecho da crise política e econômica argentina e seus reflexos na América Latina. *Política Brasileira Online*, n. 10, Brasília, 6 nov. 2001, p. 1-6.
- _____. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2003a.
- _____. *Economia brasileira*. São Paulo: Atlas, 2003b.
- MUSSA, Michael. *Perspectivas para a economia global*. Washington, D.C.: Instituto de Economia Internacional (IIE), 2002.
- MELTZER, Allan. Desfecho da crise argentina é vitória de Bush. *Folha de S. Paulo*, 26 dez. 2001, p. A 11.
- OCDE. *Economic Outlook*, OCDE, Paris, 2001.
- POCHMANN, Márcio. O futuro da insensatez latino-americana. *UnB revista*, n. 4, out/nov/dez. 2001, p. 32-37.
- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José A.; ALVAREZ, Michael E. *Democracy and development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- STIGLITZ, Joseph E. *La economía del sector público*, Barcelona: Antoni Bosch, 1988.
- _____. *La grande désillusion. Les échecs de la mondialisation*, Paris: Fayard, 2002.
- _____. Intervenção governamental nos mercados financeiros: políticas de crédito direcionado nos anos 90 e lições para a América Latina. Anais do *Workshop Internacional As agências de fomento e o novo cenário econômico brasileiro*, Rio de Janeiro: ABDE, maio 2001.
- _____. Os EUA e a legislação de falências. *Valor Econômico*, 12-14 abr. 2002, p. A15.
- _____. *Globalization and its discontents*. New York: W.W. Norton & Co., 2002.
- _____. A Argentina está se recuperando. *Valor Econômico*, 11 set. 2002, p. A13.
- TOMASSINI, Luciano. *Estado, gobernabilidad y desarrollo*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Série de monografías 9, 1993.
- TRUMAN, Edwin. O Brasil precisa de ajuda. *Valor Econômico*, 1. jul. 2002, p. A11.
- UNCTAD. *Trade and development report*. Geneve: UN, 2001.
- WILLIAMSON, John (IIE). As reformas econômicas e o Consenso de Washington. Anais do *Seminário Mudanças Políticas e Econômicas no Brasil e na América Latina: balanço e perspectivas* (1990-2002). Brasília: UnB/IBRI/WWICS, 23 jul. 2002.
- WIONCZEK, Miguel S. El vuelo y la caída de la economía mundial. In: WIONCZEK, Miguel (Org.). *La crisis de la deuda externa en la América Latina*, México: Fondo de Cultura Económica, 1987, Lecturas n. 59, p. 303-316.
- World Bank. *Global economic prospects*. Washington, D.C.: BIRD, 2001.